

Lutas e conquistas do SINPEEM

Páginas 12 e 13

Sindicato reivindica a descentralização do HSPM **Página 16**

JORNAL DO

NOVEMBRO DE 2013 – ANO 17 – Nº 133
FILIA DO À CNTE, À CUT E AO DIEESE

SINPEEM



Secretaria de Educação impõe Regimento Escolar **Página 15**



Realizado entre os dias 29 de outubro e 01 de novembro, no Palácio das Convenções do Anhembi, o 24º Congresso do SINPEEM, com o tema central “A educação em crise e a crise na educação”, reuniu mais de quatro mil delegados. Durante os quatro dias do evento, os delegados participaram de painéis temáticos, palestras que abordaram os mais variados temas relacionados ao cotidiano escolar e plenárias nas quais foram aprovados o plano de lutas para 2014, reivindicações educacionais e específicas do Quadro de Apoio. **Páginas 3 a 11**

Governo descumpre a Constituição e cria fila prioritária para CEIs
Página 18

Projeto das duas referências continua tramitando na Câmara
Página 16

Colônias de Ibiúna, Peruíbe e excursões
Páginas 19 e 20

24º CONGRESSO DO SINPEEM

Espaço democrático da categoria



Ao abrir os trabalhos, com a presença de várias autoridades, o presidente do SINPEEM, Claudio Fonseca, destacou a importância do Congresso para a realização de debates sobre as reivindicações da categoria

Na abertura do 24º Congresso do SINPEEM, realizado entre os dias 29 de outubro e 01 de novembro, no Palácio das Convenções do Anhembi, o presidente do SINPEEM, Claudio Fonseca, destacou a importância do evento como espaço democrático da categoria e fator preponderante para o debate sobre as reivindicações dos profissionais de educação, que visam à melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis, em todo o país.

Com o tema central "A educação em crise e

a crise na Educação", o evento contou com a participação de mais de quatro mil delegados, entre docentes, gestores e profissionais do Quadro de Apoio, eleitos por seus pares em seus locais de trabalho.

Participaram da solenidade de abertura Roberto Franklin de Leão, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Douglas Izzo, vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores de São Paulo (CUT-SP); Ivan Valente deputado federal pelo



Mais de quatro mil delegados participaram do evento, no Palácio das Convenções do Anhembi



Durante os quatro dias do evento, os delegados contaram com várias atividades culturais

Psol; Ana Maria Dunkel Bonalumi, diretora de Organização Social do Sindicato dos Especialistas do Ensino Municipal (Sinesp); Roberto Guido, secretário de Comunicação do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp); Orlando Silva, vereador pelo PC do B; Altino de Melo dos Prazeres Jr., presidente do Sindicato dos Metroviários e dirigente do PSTU; e João Marcos, secretário-geral do Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação do Estado de São Paulo (Afuse).

Qualidade das palestras tem aprovação dos delegados

A 24ª edição do Congresso do SINPEEM, maior evento da educação na cidade de São Paulo, organizado e promovido por um sindicato, teve como principal desafio debater e encontrar caminhos para reverter o quadro em que a educação pública se encontra.

Durante quatro dias foram realizados painéis temáticos, 32 grupos de interesse, com a participação de 62 especialistas. As palestras, com temas escolhidos tendo como parâmetro as avaliações dos delegados do congresso de 2012, abordaram gestão democrática e ética nas escolas, assédio moral, políticas públicas necessárias para garantir educação de qualidade,

saúde, neurociências, violência entre os jovens, direitos humanos, formação profissional, avaliação escolar, liberdade assistida, ensino de nove anos, educação infantil, educação integral, inclusão, arte na educação, relações interpessoais, condições de trabalho, elos entre as diferentes culturas, preservação ambiental, drogas e alcoolismo, mudanças sociais e políticas, entre outros temas.

Além dos grupos de interesse, os delegados também participaram das plenárias que debateram o caderno de Texto Referência e Emendas apresentadas por associados, que traduzem as políticas desenvolvidas ao longo dos

anos pelo sindicato, em defesa da manutenção e extensão dos direitos e luta pelo atendimento às reivindicações da categoria. Nos debates, aprovaram o Plano de Lutas para 2014, política educacional e reivindicações específicas do Quadro de Apoio.

Também participaram de 13 atividades culturais e prestigiaram a 11ª Mostra de Arte e Cultura (MAC), que neste ano homenageou as mulheres com uma exposição de fotos. A MAC contou, ainda, com a oficina de instrumentos musicais do Mestre Lumumba e com o trabalho dos cartunistas Laudo e Omar, do Estúdio Banda Desenhada.

24º CONGRESSO DO SINPEEM

Plano de lutas aprovado para 2014

Nas plenárias realizadas durante o 24º Congresso, os delegados aprovaram o plano de lutas da categoria para 2014, que inclui realização de Conselho ampliado para deliberar e encaminhar ações em resposta às decisões do governo no final deste ou início do próximo ano letivo, reivindicações funcionais e salariais, conforme segue:

- a) aumento real de salário;
- b) evolução do quadro de apoio com os mesmos critérios do magistério, sem avaliação de desempenho;
- c) concurso imediato para o Quadro de Apoio;
- d) ampliação dos módulos de pessoal dos Quadros do Magistério e de Apoio;
- e) garantia da JB como opção de jornada;
- f) garantia da Jeif para todos que por ela optarem;
- g) melhoria do atendimento no HSPM e descentralização do DESS;
- h) redução do número de alunos por sala/turma/grupo;
- i) ampliação do atendimento na EJA e matrícula na escola;
- j) campanha contra a terceirização. Fim dos convênios e devolução dos prédios públicos;
- k) campanha de combate à violência, com políticas que atendam às necessidades dos alunos, com a criação de uma rede de proteção envolvendo as diversas áreas de saúde, educação, esporte, lazer, cultura etc.;
- l) defesa dos trabalhadores concursados nos serviços públicos;
- m) recesso em julho e férias em janeiro para todos os profissionais dos CEIs e Emeis; ampliação do número de referências na carreira, respeitando as tabelas atuais e para os aposentados;
- n) saúde pública, gratuita, estatal e de qualidade para todos;
- o) reconhecimento das doenças de trabalho;
- p) fim das creches conveniadas e que a Prefeitura assuma a administração das mesmas;
- q) redução do número de alunos por sala para atendimento adequado aos alunos com necessidades especiais na proporção de cinco alunos para cada aluno deficiente;
- r) contra as avaliações externas;
- s) anulação do leilão de Libra, Petrobrás 100% estatal;
- t) garantia da realização de Conselho ampliado extraordinário, em função da portarias que ainda serão apresentadas pelo governo;
- u) organizar o boicote às avaliações institucionais (Prova Brasil e suas derivações);
- v) participar da luta organizada da CNTE pela aplicação da lei que prevê a redução da jornada em sala de aula (2/3 com alunos e 1/3 para hora/atividade na JBD, J-30 e JB);
- w) lutar para que o financiamento da educação pública no Custo Aluno/Qualidade inicial (CAQi). Nada menos que 10% do PIB;
- x) lutar pelo direito de escolha e permanência nas jornadas de trabalho, incluindo a participação no PEA, para todos os professores em qualquer unidade de trabalho (volantes, profissionais em CJ, readaptados);
- y) organizar a luta pela reversão do desmonte da EJA, pela reabertura de salas conforme a demanda da unidade escolar;
- z) organizar com sindicatos do município encontro dos trabalhadores por condições de trabalho, contra a precarização, contra a privatização e em defesa dos serviços públicos;
- aa) propor e realizar campanha juntamente com a CUT pela revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF);
- bb) participar da campanha nacional pela revogação das leis das organizações sociais;
- cc) combater a privatização dos aeroportos, lutar pela reestatização da Vale, da Embraer e de todas as empresas privatizadas;
- dd) que a Diretoria do SINPEEM participe da campanha pela retirada imediata das tropas da ONU do Haiti integrando o "Comitê defender o Haiti é defender a nós mesmos";
- ee) participar com a CUT da luta contra o PL nº 4.330;
- ff) defender o concurso por meio de provas e títulos para todos os cargos da carreira do magistério e combater qualquer medida que substitua o concurso para investidura nos cargos da carreira;
- gg) flexibilização para participação na Jeif com 20 aulas. Que as cinco aulas restantes, que poderão ser CJ, também possam ser cumpridas com projetos como Xadrez Educativo, recuperação etc.;
- hh) realização de campanha massiva de denúncia e mobilização, com material específico do SINPEEM (cartazes, cartas à comunidade etc.);
- ii) revogação da obrigatoriedade do registro no Cref aos professores de Educação Física;
- jj) contra a reforma municipal, com campanhas e carta à população denunciando os prejuízos decorrentes desta medida;
- kk) contra a vinculação do Ideb à remuneração;
- ll) contra o estabelecimento de notas na educação. Educação não é mercadoria;
- mm) sistema de ensino único, público, gratuito, laico para todos, em todos os níveis;
- nn) nenhuma retirada de direitos dos trabalhadores;
- oo) nenhum prejuízo para o professor com a implantação do ensino fundamental de nove anos;

Reivindicações do Quadro de Apoio foram discutidas com destaque

Ao vetar artigos do Projeto de Lei nº 310 /2012 o prefeito Haddad impediu a mudança de denominação do cargo de agente escolar para ATE, a transformação do agente de apoio e sua integração no QPE e o salto de três referências nas tabelas de vencimentos para todos os ATEs. Com certeza, foi um duro golpe contra conquistas que perseguimos por longos anos e que poderiam melhorar um pouco o quadro de descaso, baixa remuneração e falta de valorização dos profissionais do Quadro de Apoio – agentes escolares e ATEs.

Durante o Congresso, sabendo dos ataques do governo, que aprofunda a terceirização dos serviços e joga na insegurança sobre a extinção de cargos do Quadro de Apoio, na vacância, propusemos e os delegados debateram e aprovaram tratar as questões relativas aos integrantes do Quadro de Apoio em caráter de prioridade nas plenárias que realiamos.

A primeira e estratégica decisão é que devemos lutar para conseguir barrar a continuidade do processo de privatização, conseguir a realização de concursos, ampliar o módulo do pessoal de apoio e políticas para a sua valorização.

Além destas questões, também foram aprovadas as seguintes reivindicações:

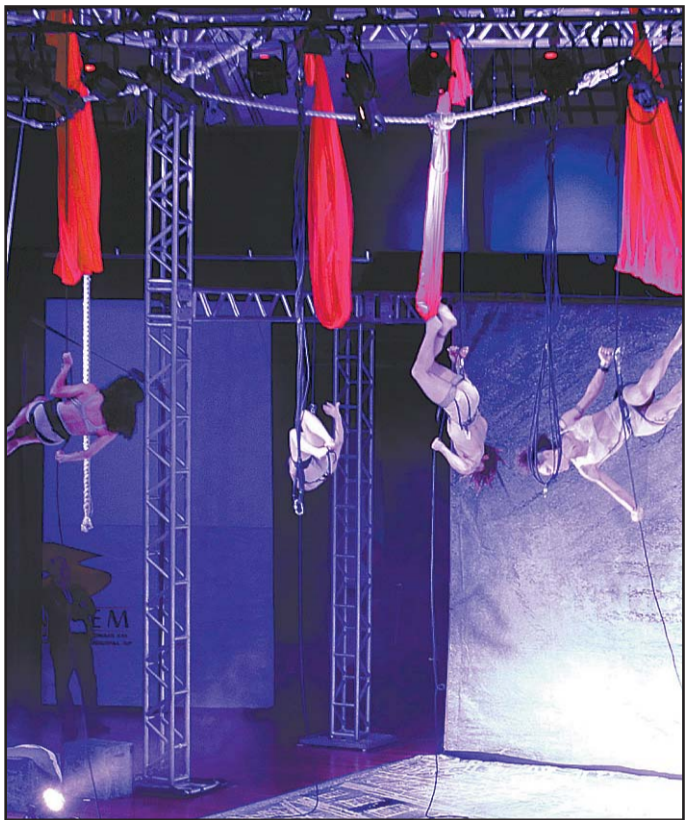
- 1 - lutar pela reorganização das carreiras que integram o Quadro de Apoio;
- 2 - defender a composição das carreiras do quadro de apoio em classes e categorias distintas por evolução funcional e concursos de acesso;

- 3 - redução da jornada do quadro de apoio sem redução de salários;
- 4 - direito de opção para que os todos servidores que hoje atuam na educação possam integrar o Quadro dos Profissionais de Educação.
- 5 - escolha do turno de trabalho no início de cada ano letivo, respeitada a classificação por tempo do quadro de apoio.
- 6 - quadro operacional e de auxílio técnico-administrativo escolar composto de cargos de provimento efetivo e funções de livre provimento exclusivamente nas unidades escolares, com as seguintes configurações:
 - a) **classe I – serviços de apoio operacional:**
 - 1) agente de serviços gerais;
 - 2) agente de vigilância e zeladoria;
 - 3) auxiliar de merendeira
 - 4) merendeira.
 - b) **classe II – serviços de apoio ao aluno:**
 - 1) agente de apoio ao aluno;
 - 2) auxiliar de enfermagem;
 - 3) enfermeiro.
 - c) **classe III – serviços administrativos:**
 - 1) auxiliar técnico de educação I e II;
 - 2) secretário de escola;
- 7 - programa de formação continuada pela SME para o Quadro de Apoio;
- 8 - complementação de escolaridade sob responsabilidade do governo;
- 9 - garantia de substituição nas licenças do Quadro de Apoio;
- 10 - incorporação dos vigias escolares (agentes de apoio) ao QPE;
- 11 - sala para o Quadro de Apoio em todas as unidades de trabalho, com infraestrutura adequada;
- 12 - realização urgente de concursos para o quadro de apoio e fim das terceirizações; abertura de concurso público já;
- 13 - evolução funcional para o Quadro de Apoio de acordo com os mesmos critérios aplicados à carreira do magistério;
- 14 - ampliação do número de cargos de auxiliares técnicos;
- 15 - afastamento remunerado e diminuição da carga horária para estudar;
- 16 - horário de formação dentro da jornada de trabalho, com direito à pontuação para evolução funcional;
- 17 - aparelhos e equipamentos dimensionados para trabalhar em grandes áreas e com grandes volumes;
- 18 - vestiários com chuveiros e local adequado para refeições;
- 19 - por mais cargos de auxiliares técnicos; equiparação salarial entre ATEs I e II; concurso para secretário de escola;
- 20 - garantia de lotação na unidade escolar para o ATE que está nomeado como secretário de escola.

Aprovadas estas reivindicações, entre outras, não pode haver acomodação e ilusão de que serão atendidas do governo. Temos de lutar para conquistá-las. E o SINPEEM, como sempre, não deixará de convocar a categoria para isto.

24º CONGRESSO DO SINPEEM

Educação e cultura durante o evento



Grupo Ares chamou a atenção do público pela perfeição dos movimentos dos artistas aliados ao do show de luzes e cores



Fotos: Fernando Cardozo

O show do cantor e violinista Antônio Nóbrega encerrou as atividades do 24º Congresso com sucesso absoluto

Na 24ª edição do Congresso, a exemplo dos anos anteriores, os delegados contaram com atividades culturais, sempre elogiadas. Nos quatro dias do evento, foram recepcionados com a boa música dos saxofonistas Zico Oliveira, Gallus Bachmann e Ed Sax.

No hall nobre do Anhembi se apresentaram os cantores Mariceni Espíndola, Denise Ruiz e Rodrigo Viana, além do grupo folclórico Beija Fulô.

Já no auditório Celso Furtado (grande auditório), os shows ficaram por conta de Loop B, O Teatro Mágico, Grupo Ares Quinteto em Branco e Preto e Antônio Nóbrega.

Na 11ª Mostra de Arte Cultural, os delegados contaram com a exposição do fotógrafo Fernando Cardozo, em homenagem às mulheres; com a oficina de instrumentos musicais, comandada pelo Mestre Lumumba; e com o trabalho dos cartunistas Laudo e Omar, do Estúdio Banda Desenhada.

Oficina de instrumentos atraiu a atenção



O sucesso da oficina de instrumentos surpreendeu até mesmo o Mestre Lumumba, que participou pela primeira vez de um evento direcionado aos profissionais de educação.

“A necessidade de aprender para ensinar é grande”, afirmou.

Utilizando bambus, cordas,

madeira, couro e PVC, os educadores viram os objetos se transformarem em instrumentos musicais. “Com a construção destes instrumentos, os professores também tomam conhecimento da afinação natural. É um trabalho muito prazeroso”, completou Lumumba.



Observando cenas durante o Congresso, os cartunistas Laudo e Omar fizeram vários desenhos e caricaturas representando desde as plenárias às atividades culturais ou mesmo de participantes que circulavam pela 11ª MAC

Grupos de interesse abordaram diversos temas

Em cada dia do Congresso os delegados contaram com oito grupos de interesse, totalizando 32 palestras, com a finalidade de aprimorar o conhecimento de todos os participantes.

Foram abordados os mais va-

riados temas, que fazem parte do cotidiano de todos os profissionais de educação: docentes, gestores e Quadro de Apoio.

Educação em tempo integral, ensino de nove anos e organização em ciclos, ressignificação do papel

do professor, assédio moral, formação do Quadro de Apoio inclusão, políticas públicas que garantam educação de qualidade, avaliação escolar, uso de tecnologias em sala de aula, violência entre os jovens, saúde dos profissionais de educa-

ção, cidadania e manifestações de rua, sustentabilidade, formação inicial dos professores e relações interpessoais estão entre temas dos grupos de interesse.

Veja a seguir os resumos de algumas destas palestras:

24º CONGRESSO DO SINPEEM

A educação em crise e a crise na educação



Educação em tempo integral ou educação integral?

O governo Haddad tem como uma de suas principais metas, extensão do tempo de permanência do aluno na escola, considerada como “educação integral”, tendo como um dos principais argumentos a obrigatoriedade de recuperação. No entanto, conforme o programa de reestruturação da rede municipal de ensino, anunciado no mês de agosto pelo prefeito os alunos ficarão a cargo de oficinas dentro de uma estrutura física escolar já saturada.

O SINPEEM é contra esta metodologia, porém, defende a ampliação de oportunidades educacionais de caráter esportivo, cultural e profissionalizante, respeitadas as características e opções das crianças, dos adolescentes e da família.

A psicóloga Maria Guillermina Garcia concorda que a ampliação dos tempos e dos espaços tem relação direta com a ampliação de oportunidade de aprendizagem. “Além da necessidade de ampliação do tempo do aluno na escola, estamos falando de mudanças na relação com os tempos e espaços

vivenciados por eles nessa escola e de alterações nos processos educativos. É por meio dessa ampliação que poderemos incluir outros saberes no currículo da escola, outros atores nos processos educativos, assim como outros espaços que irão promover aprendizagens”, completou.

Lígia Martha da Costa Coelho, professora do Programa de Pós-graduação em Educação/Mestrado da Universidade do Rio de Janeiro (Unirio) classificou a implementação de educação em tempo integral como “espasmódica”, lembrando que educadores como Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira já colocaram em prática em escolas cuja a carga horária excedia em muito a jornada escolar de quatro horas diárias. Porém, a especialista afirmou que antes de qualquer discussão é necessário questionar em quais situações podemos afirmar que educação integral e tempo integral se complementam e quais relações existem entre escola em tempo integral e educação integral, contemporaneamente, no Brasil.



No painel “A educação em crise e a crise na educação”, tema do congresso, Eliane Aguiar, doutora em Educação, afirmou que a crise na educação é uma porta de abertura para a renovação, para a construção de novos caminhos

para que as coisas realmente façam sentido. “Hoje, ainda vivenciamos práticas burocratizadas, com a imposição da leitura e da escrita, que deveriam ser e ter outro contexto para que realmente tenham um significado”, disse Eliane.

Doutor em Ciências da Comunicação, José Manuel Moran ressaltou que a crise é estrutural, com mudanças em todos os aspectos. Para ele, é necessário reconhecer que, independentemente do gover-

no, a escola estará sempre em crise, porque as pessoas querem aprender de acordo com suas expectativas e as universidades, na hora de formar os professores, não estão atentas a este fenômeno. Neste sentido. “É necessário melhorar as metodologias ativas, investir no uso de recursos e ensinar o professor a trabalhar o todo e o individual, não só na teoria, mas também na prática.”

Para Maria Elizabeth Bianconcini de Almeida, coordenadora e docente no Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), é necessário questionar qual o currículo e as tecnologias que estão por trás do processo que leva à crise na educação. Ela explicou que há uma concepção de educação massificada que não leva em conta as especificidades e a cultura escolar, reforçada pelas avaliações existentes hoje que, na verdade, deveriam ser formadoras para ajudar o aluno a evoluir em seu processo.

Gestão democrática e ética nas escolas



“Não existe gestão democrática sem ética. A gestão é a tomada de decisões sobre a educação, com a mesma exigência de toda complexidade e compromissos que o termo democracia possui”, afirmou Naura Syria Carapeto Ferreira, pedagoga e doutora em Educação.

Carlos Roberto Jamil Cury, mestre em Educação, completou, afirmando que a gestão democrática é uma das colunas da escola pública, que apoia o princípio da cidadania.

O SINPEEM tem como deliberação da categoria, que consta das resoluções congressuais, que a

gestão da escola deve ser entendida como um processo que rege o seu funcionamento, compreendendo a tomada de decisão, planejamento, execução, acompanhamento e avaliação referentes à política educacional no âmbito da unidade escolar, com base na legislação em vigor, nas diretrizes fixadas no calendário de atividades escolares da rede municipal de ensino e no projeto político pedagógico aprovado pelo Conselho de Escola, instância de elaboração, deliberação, acompanhamento e avaliação do planejamento e do funcionamento da unidade.

24º CONGRESSO DO SINPEEM

A propagação da violência entre os jovens

Assédio moral ou abuso de poder?



A violência entre os jovens está na ordem do dia. Não apenas a violência física, mas também a psicológica, como o bullying.

Segundo pesquisa do Centro Nacional de Vítimas de Violência, 63% das crianças e jovens são agredidos em casa. Toda esta agressividade, muitas vezes é extravasada na escola, em sala de aula. E fica a pergunta: como a escola pode contribuir para minimizar os conflitos e motivar os alunos a aprender?

Mestre em Psicologia, Dorah Lorch ressaltou que “quando o aluno chega agressivo em sala de aula, necessita de atenção e a pos-

tura do professor, de acolhimento, nessa hora é fundamental para motivar este aluno a se interessar pelos estudos e aprender”.

Nelson Pedro-Silva, doutor em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, ressaltou que para que o aluno não faça uso do bullying, prática de violência que tem se tornado recorrente dentro e fora da sala de aula, “a sociedade precisa rever sua postura, reafirmar o diálogo e construir regras e valores éticos e morais, com o exercício pleno da generosidade, da justiça, da prudência, do respeito mútuo e do bom humor”.

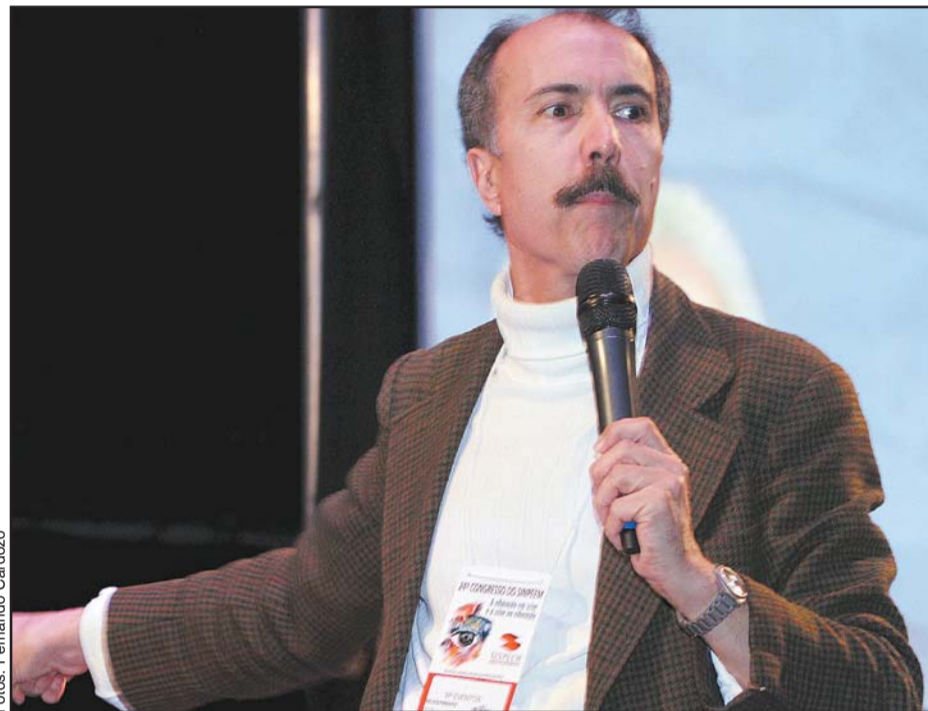
Ressignificando o papel do professor na escola pública atual

Ressignificar: atribuir novo significado aos acontecimentos através da mudança da visão de mundo. É a capacidade de encarar de forma simples as situações que antes eram complicadas; de perceber de uma nova maneira e dar um novo sentido àquilo que já estava formatado no nosso sistema de valores e crenças.

Significa dizer que devemos buscar a transformação do ensino considerando os nossos projetos, porém, sem desistir do sonho de alcançarmos educação pública de qualidade para todos, em todos os níveis; muito além do que é oferecido apenas pelas novas

tecnologias e da cobrança apenas por resultados.

Este é o grande desafio posto para o professor, segundo Celso dos Santos Vasconcelos, doutor em Educação e mestre em História e Filosofia da Educação. “Se eu não oferecer nada e não for porto seguro, não posso ser professor, que deve estar comprometido com a cidadania. Se há professores desistindo do magistério, temos de nos empenhar para que não desistam mais e façam um trabalho de qualidade social, libertador, atribuindo sentido à atividade docente, porque a qualidade do ensino está ligada à qualidade do professor”, disse.



Fotos: Fernando Cardozo

Especialistas alertam para a necessidade de extinção da prática de assédio moral no ambiente de trabalho, no sentido de garantir a tão desejada gestão democrática.

No entanto, temendo retaliações, as vítimas desta prática excludente não denunciam o agressor. Para orientar os profissionais de educação, o SINPEEM elaborou uma cartilha para os profissionais de educação, que pode ser consultada no site www.sinpeem.com.br

Durante o congresso, o professor titular da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), José Roberto Heloani, definiu com precisão aqueles que adotam o assédio moral como prática comum: “Muitas vezes esses agressores são bem vistos por seus chefes devido à sua capacidade de tomar decisões difíceis e polêmicas. Costu-

mam ser admirados por sua eficiência, apesar da arrogância com que tratam seus subordinados. Comumente possuem traços narcisistas e destrutivos. Eles se sentem inseguros quanto à sua competência profissional e podem exibir, por vezes, traços paranoicos, projetando nos outros sua ‘sombra’, ou seja, aquilo que não conseguem aceitar em si mesmos. Agem com desconfiança em relação às atitudes alheias e têm grande dificuldade para aceitar críticas. Com isso, supervalorizam seu próprio trabalho e fortalecem sua autoestima. Ambiciosos e invejosos, constantemente se aproveitam do trabalho alheio se apropriando das realizações de outros para montarem uma pseudoimagem de si próprios como verdadeiros ‘salvadores da pátria’”.



24º CONGRESSO DO SINPEEM

Avaliação escolar para além das provas e das formas tradicionais

O tema avaliação está na pauta do dia na rede municipal, em função da reforma do ensino anunciada pelo governo Haddad, que prevê a volta da reprovação, notas numéricas e obrigatoriedade da lição de casa como a "salvação" da qualidade da educação na cidade.

Para Cipriano Luckesi, doutor em Educação, as avaliações devem servir de instrumentos para ajudar a melhorar o processo de ensino/aprendizagem. "Sou contra notas, porque as médias mascaram a aprendizagem. A seleção serve para vestibular, para concurso público. Na sala de aula só serve para excluir. Sou a favor da aprendizagem com o mínimo necessário, não com o mínimo possível. Por isso, na sala de aula temos de dar uma boa

aula. Temos de diagnosticar se o aluno aprendeu ou não e corrigir as falhas, porque nós, professores, podemos fazer a diferença na vida dos nossos alunos.

O educador Ocimar Munhoz Alavarse disse que "a avaliação, como um processo culminado num julgamento, deveria se associar à escolarização, cujo objetivo central deveria ser a igualdade de resultados, notadamente aqueles de maior cunho democrático, como é o caso da proficiência em leitura. Para tanto, pode-se cogitar que essa escola de sucesso deve, quanto à avaliação, incorporar e integrar as avaliações externas às internas como um ponto de apoio para a radicalização de sua democratização".

Ensino de nove anos: organização em ciclos



O governo Haddad apresentou como uma das metas do Plano Municipal de Educação a universalização do acesso ao ensino fundamental de nove anos para 95% da população de seis a 14 anos de idade e universalização, até 2016, do atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos. A organização do ensino fundamental com duração de nove anos e a iniciação da criança aos seis anos de idade provocam alterações quanto à formação da quantidade de turmas em três ciclos, com consequências diretas no módulo das unidades e na inclusão dos docentes na Jornada Especial Integral de Formação (Jeif).

Por isso, o SINPEEM defende que nenhum professor seja prejudicado com a implementação do ensino fundamental de nove anos: garantia de lotação e Jeif a todos que por ela optarem, redução de alunos por sala e a divisão das au-

las entre os professores.

Claudia de Oliveira Fernandes, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), explicou que os ciclos foram criados numa concepção de escola democrática na qual a avaliação tem caráter formativo, ou seja, serve para acompanhar o processo de ensino/aprendizagem usando mecanismos pedagógicos, muito diferentes da reprovação.

Agora, com a reorganização da rede municipal de ensino, os ciclos ganharam uma nova forma de organização, com o argumento de que são necessários para a reprovação quando deveriam ser implementados levando-se em consideração outros fatores que garantam a identidade da escola, como currículo, valorização profissional e redução do número de alunos por sala de aula.



Fotos: Fernando Cardozo

Intervenções pedagógicas para atender às especificidades dos alunos

Atender aos alunos com deficiência na rede pública municipal tem se mostrado um grande desafio para docentes e profissionais do Quadro de Apoio. Sem infraestrutura adequada para atender a este público, as dificuldades se evidenciam no dia a dia das unidades escolares, com a falta de acessibilidade e de formação qualitativa para todos os profissionais envolvidos.

"O professor precisa usar a afetividade para encontrar o ensino diferenciado entre educação especial e a educação regular, com atividades dentro da sua prática cotidiana. Para isso, precisa estar instrumentalizado com boa formação, aliando as tecnologias das quais dispõe à criatividade, garantindo que a criança passe a ser a autora neste processo", disse Eugênio Cunha, mestre em Educação.

Para o analista de sistemas Carlos Edmar Pereira, precisamos quebrar velhos paradigmas. "Algumas pessoas com deficiência talvez não consigam escrever utilizando lápis e papel, mas isso não quer dizer que elas não têm capacidade ou neces-

sidade de se alfabetizarem. Muito se fala em igualdade, mas igualdade é oferecer condições iguais a pessoas diferentes".

Para garantir a inclusão de sua filha, que tem seis anos e paralisia cerebral, Pereira usou a tecnologia como sua aliada para criar o primeiro *software* de comunicação alternativa do mundo que permite que pessoas com deficiência se comuniquem em português. Trata-se do Livox, um aplicativo que fornece conversão de texto em voz com sons naturais, milhares de símbolos, personalização total e facilidade de uso para tablets Android.

Este aplicativo garante autonomia à pessoa com deficiência motora e/ou visual, muitas vezes tirando-a, inclusive, do estado contemplativo. Ela pode falar sobre emoções e necessidades, participar ativamente de tudo, comer exatamente aquilo que mais gosta e se divertir sozinha.

"Para as pessoas a tecnologia torna as coisas mais fáceis. Para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis", finalizou Pereira.



24º CONGRESSO DO SINPEEM

Redescobrimo a importância da arte na educação



Professor: vida, morte e ressurreição

“A identidade do professor passa por um processo de desconstrução de sua identidade, com a contribuição de elementos suicidas como a crença de que não precisa de formação aprofundada, não precisa seguir um caminho metodológico e que avaliar é julgar o outro”, afirmou Júlio Furtado no grupo de interesse “Professor: vida, morte e ressurreição”, título de seu livro.

Furtado defendeu que o poder

da consciência, aliado à força do incômodo, é o combustível para a necessária ressurreição do professor em sala de aula e em nossa sociedade.

No entanto, para que este processo tenha sucesso, é necessário, também, que o poder público ofereça a estes profissionais salário condizente com as atividades que desenvolvem e condições dignas de trabalho.



Fotos: Fernando Cardozo

Vibrante. Assim pode ser definido este grupo de interesse, que contou com os palestrantes Leandro Medina, professor e pesquisador das tradições populares, e Neide Esperidião, doutora em Educação.

Interagindo com os participantes, Medina, que se autodefine como pesquisador brincante, exaltou a importância de o educador potencializar a cultura e levar isso para dentro da sala de aula. “A ludicidade passa por um processo de virar páginas, de tirar o professor do lugar comum e fazer com que ele leve para a sala de aula a nossa riqueza cultural”, afirmou, acres-

centando que “não deixamos de brincar porque envelhecemos, mas envelhecemos porque deixamos de brincar”.

Já a educadora Neide destacou que a maioria dos alunos desconhece o patrimônio artístico do país, pois não frequentam museus, salas de concerto, teatro, nem outros espaços culturais, o que contribui para agravar os problemas na educação. “É preciso conchamar pedagogos e arte-educadores para uma mobilização da categoria no sentido de buscar alternativas, discutir possibilidades e abrir caminhos que possam transformar este cenário de crise da educação artística no país”, disse.

Doenças profissionais comuns aos educadores: burnout e problemas vocais

“O burnout está dois graus antes da depressão e um grau antes do pós-traumático. Na educação, esta síndrome ocorre em função da dificuldade de o professor lidar com as exigências de gestão e de lidar com os alunos”, explicou Eduardo Carmello, consultor organizacional e educacional e especialista em gestão estratégica de pessoas, afirmando que a resiliência – habilidade que uma pessoa desenvolve para resistir, lidar e reagir de modo positivo em situações adversas – ajuda os educadores a gerenciar

melhor as mudanças e turbulências cotidianas.

A fonoaudióloga Marcia Simões falou sobre os problemas de voz, uma das principais causas de readaptação de professores na rede municipal de ensino. A especialista apresentou a anatomia, a morfologia dos órgãos da fonação e as manifestações clínicas encontradas em função do uso inadequado da voz. Também falou sobre as possibilidades de prevenção e intervenções nos problemas vocais com técnicas tradicionais, atuais e alternativas.



24º CONGRESSO DO SINPEEM

As interfaces das neurociências e a educação

As palestrantes Marta Pires Relvas, neurobióloga e especialista em Neuroanatomofisiologia Humana e Bioética Aplicada; Regina Migliori, coordenada do Programa Meditação Neurociências e Educação em Valores; e Elisa Harumi Kosasa, doutora do Instituto do Cérebro do Hospital Israelita Albert Einstein, falaram sobre a relação entre as neurociências e a educação.

De acordo com as especialistas, as concepções sobre educação se ampliam à medida que se conhece a estrutura e funcionamento do cérebro. Por isso, o educador não pode ser o representante

da verdade absoluta para seu aluno, mas um incentivador de diversas potencialidades, considerando que o cérebro é um sistema aberto de capacidades.

Como principal desafio dos educadores elas destacam a necessidade de alcançar a sala de aula, fazendo com que o conhecimento seja realmente compreendido, mesmo diante da grande oferta de aparelhos eletrônicos, usando, inclusive, práticas contemplativas milenares (como a meditação) que, além de contribuir na tarefa docente, podem ajudar o profissional a se conhecer melhor.

Elos entre as culturas popular, tradicional e africana



Os especialistas José Gerardo Guimarães, doutor em Integração da América Latina; Inimar dos Reis, folclorista e arte-educador; e Marina de Melo e Silva, professora de História da África na USP abordaram diferentes culturas e a necessidade de descobrir como a educação pode se beneficiar de tamanha diversidade.

“Temos de acabar com o estereótipo racial. A educação precisa perceber a cultura africana como fato, porque ela está presente no nosso modo de falar, na nossa culinária, nos ritos e na religiosidade, só para citar alguns exem-

plos”, ressaltou Gerardo.

Também tem igual importância as culturas tradicional, transmitida de pai para filho, e popular, tida como o conjunto de tradições culturais de um país ou região, como definiu Inimar dos Reis. “É preciso abertura dentro da escola de formas múltiplas para mostrar todas as culturas; aliar as tecnologias ao passado e às culturas”, completou.

Para a professora Marina, tem fundamental importância levar a cultura africana para discussão em sala de aula, com a finalidade de formar cidadãos “capazes de vencer preconceitos seculares e cruéis”.



Fotos: Fernando Cardozo

Tecnologias e a prática na sala de aula

As novas tecnologias, cada vez mais sofisticadas, dão origem a novas formas de aprendizagem e colocam em xeque a necessidade de a escola se adaptar para acompanhar este processo na prática. E isso inclui a formação continuada para que os profissionais de educação possam atender a esta demanda tão importante.

“O professor precisa trabalhar com o processo de ensino/aprendizagem utilizando as novas tecnologias, mas antes disso, ele tem de ser usuário. Neste sentido, as Secre-

tarias de Educação precisam se adequar às novas tecnologias e dar suporte aos profissionais de educação. As instituições de ensino que trabalham com formação inicial também têm de mudar os conceitos e repensar o processo de ensino/aprendizagem, porque os projetos que dão certo geralmente têm coordenação de tecnologias na educação. É uma nova realidade”, explicou Gláucia da Silva Brito, professora adjunta da Universidade Federal do Paraná e doutora em Linguística.



24º CONGRESSO DO SINPEEM

Delegados avaliaram o evento

Cíntia Firmino Gabriel, representante sindical, participou pela primeira vez do Congresso do SINPEEM. Professora de ensino fundamental II, ela elogiou a dinâmica, a organização e a logística do evento. "Foi tudo muito bom, com palestras muito interessantes, mas gostaria que houvesse mais tempo para as plenárias."



A agente escolar Jussara Pessoa gostou das palestras, em especial a que abordou relações interpessoais, e destacou que as atrações culturais são momentos ótimos para extravasar, como acompanhar o trabalho dos cartunistas Laudo e Omar, que participaram da 11ª MAC. "Infelizmente, não dá tempo para ver tudo."

A professora de Educação Física Alessandra Archeleigar, também pela primeira vez eleita como delegada, disse que sempre quis participar do Congresso, mas a disputa na escola é grande, em função da qualidade do evento. "Só agora, depois de mudar de escola, consegui ser eleita. Valeu a pena."



A auxiliar técnico de educação Alice Becherini elogiou os temas do Congresso, mas também fez algumas críticas. Sugeriu, por exemplo, mudanças na logística para o atendimento no restaurante, em função do grande número de delegados. Também solicitou mais palestras destinadas ao Quadro de Apoio.



Márcio Ferreira da Silva é auxiliar técnico de educação. Para ele, tanto a dinâmica como a organização e a logística do evento foram ótimas, oferecendo transporte e alimentação para todos os delegados, além dos grupos de interesse, com temas de acordo com o cotidiano vivenciado pelos profissionais de educação.



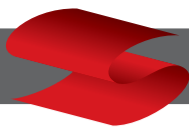
Aglailson Venâncio é professor de ensino fundamental II. Em sua oitava participação no Congresso disse que as atividades culturais são muito boas. Em relação às palestras, destacou as que trataram da saúde do profissional de educação e de inclusão, na qual o analista de sistemas Carlos Edmar Pereira fez a demonstração do aplicativo Livox, que garante autonomia aos deficientes.



A professora de ensino fundamental II, Mônica Messias da Silva, em seu segundo Congresso, disse que "foi tudo muito bom", mas criticou o comportamento de parte dos delegados nas plenárias. "O pessoal distorce a discussão e perde muito tempo com coisas que não são importantes e prejudicam o debate."



Maria Aparecida Servano e Rosângela Castro da Silva, ATEs lotadas no Departamento de Alimentação Escolar (DAE), também solicitaram mais grupos de interesse para o Quadro de Apoio focados no dia a dia destes profissionais. "Precisamos de mais informações científicas para absorver, incorporar e passar isso para as crianças. Queremos agregar o conhecimento teórico e acadêmico para desenvolver melhor as nossas funções", afirmaram as ATEs, acrescentando que há diferença entre o trabalho desenvolvido na escola e realizado em órgãos centrais e que, por isso, os grupos de interesse têm de atender também a este público.



SINPEEM, sindicato de luta, democrático e independente

Na década de 1990, o SINPEEM tinha pouco mais de três mil associados e uma pequena sede, que mal atendia as suas necessidades administrativas.

Desde então, fundado nos princípios da autonomia e independência em relação aos governos, partidos políticos e credos religiosos, já possuía instâncias democráticas, convicções e firmeza na defesa da escola pública, gratuita, laica, de qualidade social e dos direitos e reivindicações dos profissionais que atuam na educação, considerado como setor estratégico.

Por este perfil e apoiado em programa, estatuto, reivindicações e lutas aprovadas pelos associados, não só cresceu numericamente, como estrutural e politicamente e obteve conquistas importantes para os profissionais de educação.

Hoje, são mais de 50 mil associados, entre docentes, gestores e Quadro de Apoio, que estão em atividade e/ou aposentados.

A estrutura física e logística também cresceu e está a serviço da educação, dos direitos e reivindicações dos profissionais de educação, dos servidores públicos e da classe trabalhadora.

Além de sede própria, Depar-

tamento Jurídico em instalações próprias, Centro de Formação, hotéis em Peruíbe e Ibiúna, conta com estrutura para as reuniões de representantes, Conselho Geral e assembleias. Contará, também, com um Centro Cultural moderno, com auditório para apresentações de peças, shows, painéis sobre educação e outros temas de interesse dos educadores e da sociedade.

O SINPEEM tem representação política reconhecida e força que conferiram, por meio das lutas realizadas em diferentes governos, muitas conquistas para os profissionais de educação. Representação e força que podem ser conferidas com as conquistas do Estatuto do Magistério, Jornada Especial Integral de Formação (Jeif), lei que organizou todos os profissionais da educação em quadro próprio, realização de concursos periódicos, alteração da denominação de professor adjunto para titular; pagamento por hora/aula para professor de ensino fundamental I e de educação Infantil, 30% de adicional noturno, adicional de difícil acesso, ampliação da quantidade de referências para agentes escolares e ATEs, evolução funcional para os docentes e gestores, evolução funcional para o Quadro de Apoio,

férias coletivas e recesso também para os CEIs, direito de hora/atividade também para professores de CEIs, incorporação dos abonos complementares de pisos aos padrões de vencimentos e isonomia entre ativos e aposentados.

Os reajustes sobre os padrões de vencimentos entre 2008 e 2014, todos acima do índice de inflação - resultado da conquista da elevação dos pisos e incorporações dos abo-

nos complementares - são prova da tática correta que temos utilizado e de privilegiar acima de tudo, o interesse da categoria.

Basta compará-los aos índices aplicados aos demais servidores da Prefeitura neste mesmo período para afastar qualquer dúvida do acerto na forma como o SINPEEM tem atuado, resultando em conquistas e continuando sempre na luta para conquistar mais.

Compare os reajustes conquistados pelo SINPEEM e os índices aplicados aos demais servidores da Prefeitura:

Ano	REVISÃO GERAL DATA-BASE todo funcionalismo	TOTAL PARA TODOS OS SERVIDORES	REAJUSTES CONQUISTADOS PELO SINPEEM	TOTAL PARA O QPE
2008	0,01%	0,01%	20%	20,12%
2009	0,01%	0,01%	7,29%	7,4%
2010	0,01%	0,01%	6,80%	6,9%
2011	0,01% + 0,82%	0,01%	10,19%	11,20%
2012	0,01%	0,01%	10,19%	10,30%
2013	0,01%	0,01%	10,19%	10,38%
2014	3,683%	3,683%	13,43%	17,6%

Conquistas são frutos das nossas lutas e capacidade de negociação, preservando a nossa autonomia e independência em relação a todos os governos

Os sindicatos de trabalhadores são, por definição, organizações autônomas, que trabalham em defesa dos direitos e atendimento às reivindicações de uma determinada categoria, pelos patrões e/ou governos.

Assim é o SINPEEM. Organização sindical dos profissionais de educação do ensino municipal de São Paulo.

Fundado em 1988, como sucessor da Apeem, tem se mantido sempre de forma independente de partidos políticos e governos. A prova disto está nas muitas lutas que realizamos ao longo dos anos de sua existência e as conquistas obtidas que, quando comparadas às dos demais servidores da Prefeitura de São Paulo, de outras cidades e mesmo Estados, não deixam dúvidas quanto à afirmação de sua independência e luta.

Logo após a sua fundação, Luiza Erundina, foi eleita e tomou posse em janeiro de 1989, como prefeita da cidade. O fato de ter recebido o apoio da maioria dos educadores não implicou em alinhamento e submissão do SINPEEM. Muito pelo contrário. O sindi-

cato foi a principal organização na luta pela conquista da aprovação do Estatuto do Magistério Municipal e outros direitos. Para isto, foram realizadas manifestações, paralisações e participação em várias reuniões de negociação com o governo.

Maluf, infelizmente eleito prefeito em disputa com Suplicy, tomou posse em janeiro de 1993 e logo deixou claro seu caráter autoritário e privatista. Além de ter políticas para eliminar direitos dos servidores e arrochar salários, queria transformar as escolas em cooperativas nos moldes do que fez na área da saúde que, através do PAS, entregou à iniciativa privada.

O SINPEEM, com sua atuação independente, não se intimidou. Enfrentou Maluf, exigiu realização de reuniões para tratar do quadro e carreiras dos profissionais de educação. Realizou atos, paralisações e conquistou a Lei nº 11.434/93, com a ampliação de direitos para os docentes, gestores e Quadro de Apoio. Em fevereiro de 1995, Maluf encaminhou e conseguiu aprovar lei que retirou

o direito ao reajuste de 81% a que todos os servidores tinham direito.

Mais uma vez o sindicato foi a principal organização na luta de enfrentamento e, por isso, seus dirigentes e militantes foram duramente reprimidos pela Polícia Militar, convocada por Maluf. A aprovação da lei, não implicou em desistência do direito.

O SINPEEM recorreu à Justiça e conseguiu ganhos para mais de 25 mil associados prejudicados por Maluf. Milhares ainda aguardam a execução de sentenças favoráveis que também conseguimos.

O afilhado de Maluf, Celso Pitta, assumiu em 1997 e, novamente, o SINPEEM, por seu caráter democrático, independente e de luta, debateu com a categoria, aprovou suas reivindicações, inclusive a participação em manifestações pelo *impeachment* do prefeito. Impedimos, com as nossas lutas, caminhadas em defesa da educação e paralisações da categoria, a destruição de direitos preservando, por exemplo, a Jeif como jornada opcional.

Sindicato sempre na luta

Contrariando o compromisso de reajustar em pelo menos 25% os salários de todos os servidores, a ex-prefeita Marta Suplicy aprovou reajuste de 40% somente para os cargos de confiança e ainda alterou a Lei Orgânica do Município, reduzindo de 30% para 25% os gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino.

O SINPEEM não pactuou com esta política. Foi o principal defensor da manutenção dos 30% e pela valorização dos profissionais de educação. Manifestações e paralisações foram realizadas impedindo, inclusive, a mudança no cálculo dos quinquênios e sexta parte, que implicaria em prejuízos para a categoria. Mais uma vez, o caráter autônomo e independente do SINPEEM se fez presente com a convocação da categoria e realização de manifestações em sua defesa.

A aprovação de taxas e a redução da verba da educação contribuíram para a derrota de Marta, em disputa por sua reeleição com Serra.

Eleito, Serra tentou implantar o "Mais Educação", com atividades no pré e pós-aula por meio de con-

vênios com organizações não governamentais, responsáveis pelos oficineiros. Na verdade, implantou um verdadeiro caos administrativo e desrespeito aos projetos pedagógicos e autonomia das escolas. Além do inconfesso propósito de terceirização da educação.

Mais uma vez foi o SINPEEM, com sua atuação autônoma e independente de todo e qualquer governo, que realizou a luta. Convocou e realizou greve de 17 dias que, além da conquista política pelo pagamento dos dias parados, também conseguiu o fim do programa como foi implantado e abriu a discussão sobre a fixação de pisos, valorização salarial, incorporações de gratificações, entre outras reivindicações.

Saiu Serra e ficou Kassab. O SINPEEM, independente e autônomo, continuou a luta. Realizou manifestações em todos os anos de suas duas gestões. Em 2012, realizou greve de nove dias, indo até o prazo limite pela legislação eleitoral, na tentativa de conseguir a antecipação do índice de 13,43%, conquistado em 2011 e que será pago em maio de 2014.

SINPEEM obtém conquistas com a Lei nº 14.660/07

Durante a gestão Kassab, o SINPEEM conquistou a aprovação da Lei nº 14.660/07, que alterou a denominação de professor adjunto para titular, pagamento do PDE, ampliação de referências para o Quadro de Apoio, pagamento do vale-alimentação, hora/atividade para professor de CEI, elevação dos padrões com a incorporação de gratificações e dos abonos complementares de pisos, férias escolares em janeiro e recesso em julho também para a educação infantil (CEIs e Emeis), realização e convocação de aprovados em concursos e duas referências a mais para docentes e gestores.

O caráter de luta e entidade autônoma e independente do SINPEEM jamais foi abandonado.



Greve foi a resposta às políticas de Haddad



Fernando Carrozo

Os profissionais de educação realizaram manifestações e greve de 22 dias para cobrar do governo o atendimento às reivindicações

Saiu Kassab e entrou Haddad, por quem a categoria tinha fortes expectativas, frustradas quando, no segundo mês de gestão, vetou artigos conquistados com a luta do SINPEEM no Projeto de Lei nº 310/2012, aprovado pela Câmara Municipal, que dispunham sobre as duas referências para o magistério, mudança da denominação do agente escolar para ATE, transformação do agente de apoio e sua integração ao QPE, salto de três referências para todos os ATEs e isonomia entre ativos e aposentados.

Com o veto e a pretensão do governo de vincular a aplicação de 11,46% em cinco parcelas até 2018, sem direito à apresentação de nenhuma reivindicação de reajuste até o final desta data, o SINPEEM não hesitou. Novamente foi a luta. Entre os dias 03 e 24 de maio realizou greve, com a participação de grande parte da categoria.

Haddad jogou pesado. Ameaçou, fez propaganda para confundir a população, informando que já havia concedido 10,19% aos profissionais de educação – reajuste conquistado pela categoria em 2010 –, entre outras inverdades.

O SINPEEM agiu de forma ampla e tática. Convidou todas as entidades de servidores a participarem unificadamente da campanha salarial e por melhores condições de trabalho. Tivemos a participação da Aprofem nas negociações com o governo e nas manifestações.

Fato inédito e importante.

Ao final de 21 dias de greve, conseguimos o pagamento dos dias parados, redução de 28 para 24 anos o tempo necessário para o magistério chegar à última das duas referências que serão criadas e itens relacionados à reposição, segurança, saúde para os trabalhadores da educação, inclusão na Jeif; 11,46% em três parcelas não vinculadas à não apresentação de reivindicações salariais, entre outros itens que constam do compromisso arrancado com a greve, que em sua maioria não foram cumpridos até o momento.

Por tudo que conquistou com sua luta, por mais alguns digam o contrário e queiram confundir a categoria, o SINPEEM sempre se manteve autônomo e independente de todo e qualquer governo.

A atuação da direção do sindicato não pode ser resumida a ser contra os governos, mas contra as suas políticas e em defesa dos direitos e reivindicações da categoria. Participar de reuniões buscando negociar o melhor é obrigação da direção, sem renunciar ao uso dos meios legítimos de pressão, inclusive a greve, instrumento utilizado em todos os governos, desde a fundação do nosso sindicato.

O SINPEEM agiu de forma tática, para obter conquistas. Não fosse assim, provavelmente a categoria teria, no máximo, os mesmos 0,01% de reajuste aplicado aos demais servidores e ficaria sem muitos direitos que tem.



Governos estaduais agem com violência contra educadores

A exemplo do que fizemos em maio, os profissionais de educação de outros Estados também tiveram de recorrer à greve em defesa de seus direitos, pelo atendimento às suas reivindicações e contra propostas de governos que destruíam as carreiras.

Em São Paulo, Haddad agiu de forma dura e descumpriu o que foi negociado. Nos outros Estados não foi diferente.

No Rio de Janeiro os governos implementaram uma forte ação re-

pressiva. A violência policial foi usada contra professores e demais trabalhadores de educação. Apesar de 77 dias de greve, mesmo assim o governo manteve a lei dispendo sobre o plano de carreira, contrário aos interesses da categoria. Aplicou o mesmo percentual de reajuste anunciado antes da greve, descontou os dias parados que só serão pagos com a reposição. Mesmo com o apoio da população às reivindicações dos profissionais de educação, o que se viu foi o gover-

no massacrá-los e decidido a não ceder absolutamente em nada. Merecem os trabalhadores de educação a nossa solidariedade e apoio e o prefeito e do governador do Rio de Janeiro o nosso repúdio.

Em Mato Grosso a greve teve início em 12 de agosto e durou 63 dias. Houve apresentação de proposta pelo governo durante a greve, mas foi reduzida à aplicação de reajuste de 5% neste ano, 6% em 2014 e 7% em 2016. O governo se comprometeu em aplicar reajustes

até 2023, para que o valor do salário, comparado com o que é pago hoje, dobre.

Em outros Estados e Municípios a história não tem sido diferente. O país, que gasta bilhões com a realização e preparação para a Copa do Mundo, trata com represão e nega o mínimo à educação e aos seus profissionais. O pior é que, independentemente, do partido ao qual pertencem, agem igualmente a quase totalidade de governadores e prefeitos. Lamentável!

ESPAÇO DOS APOSENTADOS



Núcleo também realizou passeios, um deles a Peruíbe, no litoral Sul de São Paulo

O Núcleo dos Aposentados do SINPEEM tem realizado visitas periódicas aos gabinetes dos vereadores, na Câmara Municipal, para solicitar que apresentem emendas ao Projeto de Lei do Executivo que dispõe sobre a criação de duas referências para docentes e gestores, em tramitação no Legislativo.

Entre as emendas está a que garante aos aposentados enquadramento automático nas duas novas referências. Reivindicação conquistada pelo SINPEEM e que constou do PL nº 310/2012, aprovado pela Câmara, mas que foi vetada pelo prefeito Haddad.

FIM DE ANO

O Núcleo encerra suas atividades com a confraternização anual no SINPEEM Park Hotel, no dia 4 de dezembro.

A próxima reunião será realizada somente na primeira terça-feira do mês de fevereiro de 2014.



PRÉ-SAL

Concessões: forma vergonhosa de privatização

Logo após a realização do leilão para a exploração do petróleo do campo de Libra, a presidente Dilma comemorou o resultado em cadeia nacional de rádio e TV. Declarou-se satisfeita com o resultado e afirmou que 85% da renda que será obtida com a exploração do petróleo da área descoberta da camada pré-sal ficarão no Brasil. Também meio alterada com as perguntas, respondeu que o que foi feito não tem nada de privatização, mas concessão.

Chama a atenção o fato de o governo dizer que fez um extraordinário negócio, mas, para isto, convocou o Exército e as Forças Armadas para proteger a realização do leilão, que resultará na explo-

ração compartilhada com as multinacionais Shell, Total e duas estatais da China, com 20% do consórcio em que a Petrobras entrou com 40%. As empresas multinacionais estrangeiras ficarão com 60% dos recursos da exploração do Petróleo.

O governo Dilma foi eleito com um discurso contra a privatização e, mesmo agora, afirmando que destinará os recursos do pré-sal para a educação, não deixa de revelar profunda contradição. Petróleo é recurso esgotável. Vincular os recursos oriundos da exploração do petróleo não é um erro. Muito pelo contrário. Mas, não pode ser a alternativa definitiva para melhorar o setor porque demora e acaba.

CONSULTE NO SITE DO SINPEEM:

legislação, manuais, programação do SINPEEM Park Hotel e do SINPEEM Peruíbe Hotel, Hotéis conveniados, excursões, relação de todas as escolas, informativos, convênios, Jornal do SINPEEM, boletins de representantes sindicais e sites úteis.

www.sinpeem.com.br



SME não publicou evolução do Quadro de Apoio, prometida para outubro

Durante a realização da greve deste ano cobramos, pressionamos e a SME assumiu o compromisso de realizar o enquadramento por evolução funcional do Quadro de Apoio.

Nas reuniões de negociações que realizamos após a greve, conseguimos não só o compromisso de

que isto aconteceria, mas também que seria em outubro.

No entanto, até o momento, o compromisso não foi cumprido. Agora, a SME que já fez a apuração do tempo de todos os integrantes do Quadro de Apoio e que estão apurando os títulos. Mais que isto, afirma que não há previsão

sobre a data de publicação da evolução no Diário Oficial.

Para que parem de protelar esta publicação, com certeza teremos de ir a luta. O SINPEEM não concorda com o argumento da demora provocada pela falta de servidores na Conae e continuará pressionando.

“Mais Educação” de Haddad significa mais privatização da educação infantil



O programa de reestruturação e reorganização da rede municipal de ensino foi lançado pelo governo em 15 de agosto e ficou disponível para “consulta pública” durante um mês; proposta não resolve problemas estruturais da educação

Com grande barulho e muito gasto em propagandas no rádio e na TV, o prefeito Haddad anunciou o programa de reestruturação e reorganização da rede municipal de ensino.

Explorou a face mais visível daquilo que é reclamado pelo senso comum como principal responsável pelo fracasso escolar, baixa qualidade de ensino e indisciplina na escola, para declarar o fim da aprovação automática.

É assim que o governo tem dito na propaganda na TV. Lógico que se trata de uma falácia. Afinal, estamos no final do ano e nenhuma das medidas anunciadas foi sequer implementada em nenhuma unidade da rede.

Mas, para a população, a partir de agora, com provas bimestrais, boletim e notas numéricas a história será diferente. Acaba o ciclo de aprovação automática e

inaugura-se um período de plena aprendizagem e quem não alcançar o estágio de desenvolvimento e conhecimento necessário será reprovado. Vende assim uma ilusão e não diz à população que a sua política é conservadora e pouco ou nada mudará. A proposta não enfrenta os problemas estruturais da educação. Não amplia os recursos materiais, humanos e financeiros necessários e até mesmo o anúncio de alteração curricular não passa de má acomodação e engendramento dos ciclos.

Na proposta do governo o único ciclo bem resolvido é o referente à alfabetização. Os ciclos denominados como interdisciplinar e autoral não apresentam fundamentação teórica e parecem mais arranjo para encaixar a política nacional de avaliação e sua mensuração através o Ideb.

Durante toda a divulgação do conteúdo da proposta de reforma curricular, bem como da consulta pública, ficou claro que o governo não tomou cuidado para que os profissionais de educação, não fossem identificados como os culpados pelo fracasso escolar.

A educação tem, de fato, muitos problemas, mas, com certeza não será com uma proposta que sequer foi debatida com os educadores que serão resolvidos. Além disso, diz o governo que com sua política de expansão da rede com construção de novas unidades, inclusive algumas em parceria com o governo federal, conseguirá atender à demanda na educação infantil.

Infelizmente, estas unidades, conforme anunciado largamente pelo secretário, serão entregues às ONGs, aprofundando a privatização do ensino.

Secretaria publica diretrizes e impõe Regimento Escolar

Não há porque se opor à necessidade de cada escola debater, decidir e implementar o seu regimento. Sendo cada escola uma unidade integrante do sistema de ensino, deve também observar diretrizes gerais já previstas nas leis existentes e até mesmo nos programas da Secretaria Municipal de Educação.

No entanto, ao publicar a Portaria nº 5.941, de 15 de outubro de 2013, a SME, ao fixar diretrizes para a sua elaboração, avança o sinal.

Mais do que apresentar diretrizes, ataca a autonomia da escola, limitando ou praticamente impedindo que exerça sua relativa autonomia e construa seu regimento a partir das discussões que realizará e de suas especificidades locais e do projeto político-pedagógico.

Mesmo considerando que entre as diretrizes há indicação de medidas disciplinadoras, que devem ser aplicadas pela direção da unidade ou dos dirigentes regionais, há de se considerar que para a legitimação de normas é importante que haja um processo de construção com participação.

Seguindo o que dispõe a portaria, até mesmo a discussão e deliberação pelo Conselho de Escola fica dispensada, bastando a elaboração do regimento pela “equipe escolar” e sua aprovação pela DRE.

O SINPEEM defendeu a ampla discussão da proposta de regimento, inclusive com a suspensão de aulas para garantir a participação de todos. Defendeu, também, que o Conselho, por seu caráter deliberativo, deve aprová-lo antes de o documento ser submetido à aprovação da DRE. Mas, infelizmente, até o momento, o governo, acreditando que viabilizará seu programa “Mais Educação” sem discussão com a categoria e com ações autoritárias, continua desprezando a realidade das escolas e de seus profissionais.



Jeif para todos que por ela optarem

A Jeif é jornada composta por 25 horas/aula, regência e 15 horas/aula adicionais. Foi conquistada em 1992, quando lutamos e conseguimos convencer que a atividade docente é mais abrangente do que a regência de classe/aula. Da docência plena, que envolve pesquisa, planejamento, articulação entre as ações da área de conhecimento e da disciplina, depende a boa regência de classe/aula. Portanto, conseguimos conquistar a Jeif por ser uma jornada que reconhece as necessidades descritas.

No entanto, esta jornada permanece como opcional. Por um lado, em respeito ao direito à jornada do cargo para o qual o professor prestou concurso. Por outro lado, porque a obrigatoriedade de Jeif implicaria em incompatibilidade de horário para muitos que acumulam cargos.

Entretanto, com a redução de turnos e agora com o ensino fundamental com duração de nove anos, que implicará em redução da quantidade de aulas para o 6º ano do ensino fundamental, é importante que seja assegurada a inclusão na Jeif a todos que por ela optarem.

A inclusão de todos, com a divisão de aulas de regência em quantidade igual para os professores de ensino fundamental II é, com certeza, a saída para evitar perda de remuneração e melhor desenvolvimento do trabalho escolar, com todos ou a maioria

participando dos projetos pedagógicos das unidades nas horas adicionais.

O SINPEEM tem lutado para garantir este direito para todos. Resultante do processo da negociação ocorrida durante a greve, é compromisso do governo que estamos cobrando.

Compromisso foi assumido na negociação resultante da greve

Durante a greve, a inclusão na Jeif para todos que por ela optarem foi reivindicação apresentada e discutida com o secretário de Educação, que garantiu que não haveria prejuízos aos docentes em consequência da organização do ensino fundamental de nove anos. Garantia que consta da carta compromisso por ele assinada.

Agora, às vésperas de ocorrer a escolha/atribuição, precisamos ter este direito garantido. Com a redução da quantidade de turmas no 6º ano, portanto, queda na quantidade de aulas, considerando a proposta de docência compartilhada, recuperação paralela e outros vinculados à reorientação curricular, a SME tem a oportunidade de evitar perdas para os profissionais de educação. Afinal, não haverá "Mais Educação" com menos direitos e menos remuneração para os professores e demais profissionais de educação.

Duas referências para ativos e aposentados

Continua tramitando na Câmara Municipal o projeto de lei do Executivo que dispõe sobre a criação de duas referências para docentes e gestores. No entanto, apesar de fixar em 24 anos o tempo para se chegar à última referência, vincula o enquadramento por evolução funcional nas duas novas referências à apresentação de tempo e títulos.

Caso seja aprovado como está, nenhum docente ou gestor que já tiver completado ou venha completar 23 anos ou mais no magistério terá enquadramento automático nas duas novas referências. Além disso, também terá de apresentar títulos, que serão regulamentados pelo governo por meio de decreto.

SINPEEM luta por mudanças no projeto de lei

Como não poderia deixar de ser, o SINPEEM está lutando para que sejam feitas alterações no PL. Encaminhou emendas à Câmara Municipal para garantir que os enquadramentos continuem como ocorrem atualmente: somente por títulos, somente por tempo ou com a combinação de tempo e títulos, conforme conquista em 2012, aprovada pela Câmara e vetada pelo prefeito Haddad.

Além disso, mantém a luta por isonomia entre ativos e aposentados, com o enquadramento automático também dos aposentados nas duas novas referências. Nesse sentido, o Núcleo dos Aposentados do SINPEEM tem visitado periodicamente os gabinetes dos vereadores para convencê-los da importância destas mudanças no PL para o magistério municipal.

Melhorar e descentralizar o atendimento no HSPM

O HSPM é o hospital do servidor público municipal de São Paulo. Mas, embora tenha este nome há muito está longe de cumprir a finalidade para o qual foi criado. Hoje, atende aos servidores, mas não exclusivamente. Também presta atendimento pelo SUS e demonstra claramente que está com sua estrutura saturada. Tem uma receita orçamentária menor que a destinada para a Câmara Municipal e até mesmo para o Tribunal de Contas do Município. Precisa de reformas, atualização de seus equipamentos, infraestrutura e pessoal para as equipes médicas e de apoio administrativo.

São mais de 200 mil servidores, entre ativos e aposentados. População superior a boa parte das cidades brasileiras. Portanto, é necessário que o governo invista no atendimento médico e hospitalar dos servidores, investindo na descentralização do atendimento por meio



Arquivo

da construção de HSPMs regionais, bem como em um plano de saúde opcional para o servidor.

Ao contrário do que muitos imaginam, os servidores contribuem sim para a seguridade social. Todo o mês são 11% para a Previdência (RPPS/Ipem). Percentual,

superior ao que contribui o trabalhador da iniciativa privada para ter direito à aposentadoria, assistência à saúde e social.

Com certeza, deve ser luta de todos os servidores públicos e obrigação do prefeito Haddad descentralizar e melhorar o HSPM.

Prefeito Haddad quer desconto até sobre a primeira parcela do PDE

Apesar de termos conquistado a antecipação da primeira parcela do Prêmio de Desempenho Educacional (PDE), o governo Haddad publicou decreto no DOC estabelecendo os critérios que serão considerados no cálculo do valor a ser pago individualmente, dos quais o SINPEEM discorda.

Para o pagamento da segunda parcela do prêmio, em janeiro de 2014, além de incluir descontos sobre faltas abonadas e licenças médicas existe a possibili-

dade de desconto ou devolução integral do valor pago na primeira parcela, em junho. Isto porque o secretário municipal de Educação entende que o PDE é uma ferramenta de estímulo à frequência.

O SINPEEM discorda desta justificativa e dos descontos, posto que o PDE é pago com receita vinculada à manutenção e desenvolvimento do ensino, que deveria ser aplicada na valorização da remuneração de todos os profissionais de educação.

Acesse o site

www.sinpeem.com.br

cadastre seu e-mail e receba
nossas correspondências



Índice de 13,43% é conquista do SINPEEM e direito de todos os profissionais de educação

Em maio de 2014 todos os profissionais de educação da rede municipal de ensino, ativos e aposentados com direito à paridade, terão reajuste de 13,43% sobre os padrões de vencimentos, a título de incorporação dos abonos complementares de piso. Índice conquistado durante a campanha salarial de 2011 e garantido em lei.

Também será aplicado o percentual de 3,683%, referente à primeira parcela de 11,46%, concedidos a todos os servidores públicos municipais na campanha deste ano, totalizando reajuste de 17,6% aos profissionais de educação, elevando os valores dos pisos.

Outras duas parcelas, também de 3,683%, serão aplicadas em 2015 e 2016.

Apesar destas conquistas em campanhas passadas, o SINPEEM manterá a luta em 2014 por aumento real de salários, melhores condições de trabalho, piso do Di-eese, redução do número de alunos por sala, isonomia entre ativos e aposentados, redução da jornada de trabalho dos gestores e do Quadro de Apoio, entre outros itens que constam do Plano de Lutas aprovado no 24º Congresso do SINPEEM, realizado entre os dias 29 de outubro e 01 de novembro.

Aplicação de índice encerra ciclo de incorporação de abonos

A aplicação do índice de 13,43% aos padrões de vencimentos dos profissionais de educação encerra o processo de incorporação dos abonos complementares de piso, iniciado em 2008, quando a categoria, convocada pelo SINPEEM para realizar manifestações e greve, em defesa de seus direitos e reivindicações, conquistou 37,5%, incorporados entre 2008 e 2010.

Em 2010, a categoria conquistou o índice de 33,79%, divididos em três parcelas de 10,19%, incor-

poradas entre 2011 e 2013. Já em 2011, também com muita luta, conseguiu garantir a aplicação de 13,43% em maio de 2014.

Isto significa que, com a fixação de dos pisos e incorporação dos abonos complementares, os profissionais de educação conquistaram reajustes muito acima dos concedidos aos demais servidores municipais, que não ultrapassaram o índice de 0,01% nos últimos anos, e mesmo a muitas categorias da iniciativa privada.

■ CONHEÇA MAIS SOBRE OS SEUS DIREITOS

AUXÍLIO-DOENÇA

Será concedido ao servidor auxílio-doença, correspondente a um mês de vencimento, após cada período de 12 meses consecutivos de licença para tratamento de saúde.

Para fazer jus a este auxílio, o servidor deverá tomar os seguintes cuidados:

- não poderá haver nenhum dia descoberto. Caso a licença termine próximo a um feriado ou final de semana, o servidor poderá formular a sua prorrogação até oito dias antes do final do prazo da licença.

PROCEDIMENTO: o servidor ou a unidade de pessoal deverá abrir um processo endereçado ao DRH, solicitando o auxílio-doença, informando o período de afastamento. O deferimento ou indeferimento será publicado no DOC.

OBSERVAÇÃO: anexar cópias das licenças médicas e do último holerite.

LEGISLAÇÃO: Lei nº 8.989/79, de 29/10/79, Art. 126; Portarias nº 055/03 - SGP, de 31/01/2003, e nº 226/02, de 27/03/02.

AUXÍLIO-ACIDENTÁRIO

Será concedido, na forma que a lei estabelecer, para os casos de redução parcial e permanente da capacidade laborativa.

PROCEDIMENTO: é assegurado ao servidor que sofrer acidente de trabalho ou for acometido de doença profissional.

LEGISLAÇÃO: Lei nº 8.989/79, de 29/10/79, Art. 160, inciso II.

ADICIONAL NOTURNO QUADRO DE APOIO E VIGILÂNCIA

Pago para o quadro de apoio, por hora/trabalho, a partir das 19 horas, mediante apontamento, com prévia autorização do secretário municipal de Educação. Não incorpora para nenhum efeito.

Valor: 30% do valor da respectiva hora/trabalho (efetivamente trabalhada).

Para os vigias, o adicional noturno só será apontado a partir das 22 horas, com 25% sobre o valor da hora/trabalhada.

LEGISLAÇÃO: Lei nº 8.989, de 29/10/79 e Lei nº 12.396, de 02/07/97.

ADICIONAL NOTURNO QUADRO DO MAGISTÉRIO

Apontamento por hora/aula, a partir das 19h, inclusive descansos semanais, feriados, pontos facultativos, férias e afastamentos considerados de efetivo exercício, para todos os efeitos legais.

Valor: 30% do valor da respectiva hora/trabalho.

LEGISLAÇÃO: Lei nº 11.036, de 11/07/91; Decreto nº 30.475, de 04/11/91; Decreto nº 30.516, de 11/11/91 e Lei nº 14.660, de 26/12/07.

FÉRIAS

O servidor gozará, obrigatoriamente, de férias anuais por um período de 30 dias corridos, com pagamento de um terço a mais do que o salário normal. Esse pagamento será proporcional quando o período de férias for inferior a 30 dias. O servidor poderá acumular férias, por necessidade de serviço, pelo período máximo de dois anos consecutivos. Nesse caso, poderão ser gozadas ininterruptamente.

Indeferidos dois períodos de férias em anos consecutivos, no terceiro ano o funcionário deverá, obrigatoriamente, gozar pelo menos um período. O período de férias deverá ser, em princípio, de 30 dias corridos, podendo a administração concedê-las por dois períodos de 15 dias ou dois períodos de 20 e 10 ou de 10 e 20 dias.

Interrupção de férias: as férias poderão ser interrompidas por necessidade de serviço ou outro motivo justo. O pedido de interrupção de férias deve ser formulado ao secretário municipal de Educação. Interrompido o gozo de férias, os dias restantes poderão ser usufruídos em descanso ou averbados em dobro, para quinquênio.

A servidora que entrar em gozo de licença gestante ou adoção/guarda de menor, respectivamente, no período de férias previstas no calendário escolar, deverá solicitar a interrupção/indeferimento por meio de formulário padronizado para gozo oportuno.

PROCEDIMENTO: a unidade de pessoal deverá encaminhar formulário padronizado para o servidor assinar o seu pedido de férias.

LEGISLAÇÃO: Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.989, de 29/10/79; Decreto nº 24.146, de 02/07/87; Decreto nº 34.027, de 10/03/94; Lei nº 14.660, de 26/12/07; Decreto nº 50.687, de 25/06/09; Portaria nº 118/SMG, de 30/10/09 e Decreto nº 52.291, de 03/05/11. de 31/01/2003, e nº 226/02, de 27/03/02.

Universidade Aberta do Brasil: quem pagará a conta?

Anunciado em agosto deste ano, em convênio com o Ministério da Educação (MEC), a Prefeitura pretende iniciar a implantação no município do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), que oferecerá cursos e programas na modalidade de distância vinculados à Secretaria Municipal de Educação.

De acordo com a Lei nº 15.883, em parceria com os governos estadual e federal, estes polos têm como finalidade; oferecer cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada aos professores da educação básica; cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica; ampliar projetos, pesquisa e extensão que visem o desenvolvimento socioeducacional em regime de colaboração com instituições públicas, privadas, estatais e organizações não governamentais; oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento; ampliar o acesso à educação superior pública; implementar o programa de capacitação dos profissionais da educação sobre a igualdade de gênero e de raça/cor, para o combate à discriminação das mulheres e dos negros, entre outros.

Sem dúvida são relevantes os objetivos pretendidos pelo programa Universidade Aberta, mas não deixa de ficar claro que a SME, que mal dá conta de solucionar o atendimento à demanda da educação infantil, ampliar a rede regular de ensino fundamental para reduzir a quantidade de alunos por sala, melhorar a remuneração dos Quadros do Magistério e de Apoio, assume a responsabilidade com o ensino superior, que é competência legal do Estado e da União. Com certeza, trata-se de uma inversão de prioridade e uso indevido do recurso vinculado à manutenção e desenvolvimento do ensino, por mais nobre que seja este programa.



Fila prioritária para atender à demanda na educação infantil não é legal

Durante as audiências públicas realizadas pelo Tribunal de Justiça, para debater a falta de vagas na educação infantil, a SME anunciou que dará prioridade às crianças em que as famílias estão cadastradas no programa Bolsa Família, do governo federal, para atender à demanda. Portanto, atenderá à demanda pelo corte de renda.

Na edição de outubro do Jornal do SINPEEM abordamos este assunto e alertamos que ao adotar esta medida a Prefeitura de São Paulo desconsidera totalmente o que determina os artigos 205 e 206 da Constituição Federal e o artigo 200 da Lei Orgânica do Município (LOM).

O artigo 206, inciso I da Constituição, por exemplo, diz que o ensino tem de ser ministrado obedecendo ao princípio de "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola", ou seja, a escola é direito de todos e dever do Estado, indistintamente, como também afirma o artigo 205 da Carta Magna.

Já o artigo 200 da Constituição Estadual afirma que é responsabilidade do município de São Paulo a universalização do ensino fundamental e da educação infantil:

"Art. 200 - A educação ministrada com base nos princípios estabelecidos na Constituição da República, na Constituição Estadual e nesta Lei Orgânica, e inspirada nos sentimentos de igualdade, liberdade e solidariedade, será responsabilidade do Município de São Paulo, que a organizará como sistema destinado à universalização do ensino fundamental e da educação infantil."

Portanto, além de contraditório com as promessas de campanha em que afirmava que ampliaria a rede para atender toda a demanda, também descumprirá o que determina a Constituição se for, de fato, implementada a proposta do secretário. Com certeza, isto gerará discussões e ingresso de ações tanto pelo Ministério Público como por cidadãos interessados em fazer valer o direito de acesso à educação para todos.

Bolsa Creche intensificará a privatização da educação infantil

Absurda decisão, mas é verdadeira e deixa evidente que em vez de adotarem medidas para garantir o direito dos cidadãos de ter acesso à vaga na escola pública e gratuita, mantida diretamente pelo poder público, os vereadores que votaram favorável ao Bolsa Creche acabam por desresponsabilizar o poder público de sua obrigação e ainda tornam a educação uma mercadoria.

O projeto de lei que cria o Programa Bolsa Creche, no valor de meio salário mínimo, se for aprovado em segunda votação e sancionado pelo prefeito Haddad, garantirá o benefício mensalmente às mães que têm filhos na faixa etária de zero a três anos, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que aguardam atendimento na fila de espera. Uma fila que hoje, segundo dados da própria SME, chega a 157 mil crianças.

O SINPEEM é contra a priorização da fila, bem como à criação do Programa Bolsa Creche. Entende que as Constituições Federal e Estadual e a Lei Orgânica do Município devem ser cumpridas. Por isso, defende que a Prefeitura invista na construção de mais escolas, em infraestrutura para atendimento, na valorização dos profissionais de educação, além de acabar com processo de privatização do ensino.

SME publica comunicado e portaria sobre pontuação e mantém os mesmos critérios de 2012

A portaria que dispõe sobre a pontuação para classificação dos professores de educação infantil para escolha/atribuição de turnos, de agrupamentos e vaga no módulo sem regência e dos auxiliares de desenvolvimento infantil para escolha de turnos de trabalho para o ano de 2014 segue os mesmos procedimentos, critérios e pesos que foram utilizados nos três últimos anos.

A data limite para o tempo apurado é 31/07/2013.

Pontuação dos docentes de Cemeis, Emeis, Emefs, Emefms e Emebss

O comunicado e a portaria publicados no DOC de 07/11/2013 sobre pontuação e procedimentos para escolha/atribuição para 2014, também seguem os mesmos critérios usados nos três últimos anos. Isto, não indica que o processo é perfeito. Pontuação, escolha e atribuição seguem critérios para classificação, em que a disputa inevitavelmente está presente. Situação que só seria superada dentro de uma outra lógica de direitos, orga-

nização e funcionamento da rede escolar: jornada de trabalho e remuneração que pudessem dispensar o recurso ao acúmulo de cargos e jornadas distintas de trabalho. Sem estas condições, a cada ano não há solução unânime quanto aos critérios e procedimentos.

O SINPEEM, como sempre, atua buscando critérios que não gerem distorções e apoiados nos direitos dos profissionais de educação.

SINPEEM defende aumento do módulo

Além da redução da quantidade de alunos por agrupamento/sala/turma, necessária para se garantir melhores condições de trabalho para os professores e aprendizagem para os alunos, o SINPEEM tem lutado para que haja a ampliação da quantidade de professores no módulo docente.

A falta de professores e mesmo a falta decorrente de afastamentos por licenças médicas, gestantes e outras para atender às eventuais necessidades têm gerado problemas que também provocam desgastes a todos que atuam na unidade. Está mais que evidente que é necessário adequar urgentemente o módulo docente das unidades, obedecendo critérios quanto à quantidade de agrupamentos/salas/turmas e ao

projeto pedagógico da unidade.

Passados mais de seis meses da aprovação da lei que criou cargos de assistente de diretor para os Centros de Educação Infantil, designações para esta função não ocorrem, sob o argumento da falta de professores nos CEIs, apesar de existirem aprovados em concurso. Convocados para a escolha, tanto poderão atender à necessidade de ampliação do módulo docente da unidade como permitir a designação dos assistentes de diretor. Portanto, não é aceitável o argumento de SME de falta de professor.

O SINPEEM reivindica e pressiona sempre pela convocação dos aprovados, ampliação do módulo e designação dos assistentes de diretor para os CEIs.

Acúmulos devem ser resolvidos por meio de acomodações

Após o processo de remoção, divulgação da pontuação e com o processo de escolha/atribuição, como sempre ocorre, somos procurados por centenas de professores em situação de incompatibilidade de horário, que os colocam em situação de acúmulo ilícito de cargos.

E, como sempre, procuramos resolver primeiramente nas DREs, por meio de acomodação, ainda que em unidades diversas da lotação do professor e, posteriormente, com a SME.

Para tanto, os professores que estiverem nesta situação devem informar o SINPEEM, após finalizado o processo de escolha/atribuição, que acontecerá ainda neste ano.

Cada caso é comunicado à DRE e buscamos resolvê-lo para evitar exonerações ou pedidos de afastamento sem vencimentos. Entendemos que este não é um problema somente do professor, mas de interesse também da SME, que deve enviar todos os esforços para resolvê-lo.

PUBLICAÇÕES NO DOC

COMUNICADOS

nº 1.398 (DOC de 05/11/2013, página 38) - divulga procedimentos para aplicação da Prova Brasil, da Avaliação Nacional da Alfabetização - ANA e da 2ª Provinha Brasil 2013, nas unidades educacionais da rede municipal de ensino.

DECRETOS

nº 54.531 (DOC de 30/10/2013, página 01) - introduz alterações no inciso I do "caput" do artigo 4º do Decreto nº 53.676, de 28 de dezembro de 2012, que regulamenta a Lei nº 15.648, de 14 de novembro de 2012, que estabelece diretrizes para o funcionamento dos Ciejas na rede municipal de ensino do município de São Paulo.

nº 54.512 (DOC de 26/10/2013, página 01) - dispõe sobre a convocação de servidores públicos municipais para trabalhar na eleição dos conselheiros para os Conselhos Participativos Municipais.

nº 54.454 (DOC de 11/10/2013, página 03) - fixa diretrizes gerais para a elaboração dos regimentos educacionais das unidades integrantes da rede municipal de ensino, bem como delega competência ao Secretário Municipal de Educação para o estabelecimento das normas gerais e complementares que especifica.

nº 54.453 (DOC de 11/10/2013, páginas 01 e 03) - fixa as atribuições dos profissionais de educação que integram as equipes escolares das unidades educacionais da rede municipal de ensino.

nº 54.452 (DOC de 11/10/2013, página 01) - institui, na Secretaria Municipal de Educação, o Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino - Mais Educação São Paulo.

nº 54.416 (DOC de 03/10/2013, página 01) - introduz alterações na destinação dos recursos depositados em conta especial para pagamento dos precatórios que especifica, conforme previsto no Decreto nº 51.378, de 31 de março de 2010, nos termos do artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzido pela Emenda Constitucional nº 62/2009.

LEIS

nº 15.883 (DOC de 05/11/2013, página 01) - dispõe sobre a implantação do sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB no âmbito do município de São Paulo, voltado à oferta de cursos e programas na modalidade a distância, mediante a criação e manutenção de polos de apoio presencial, nos termos e condições que especifica.

nº 15.881 (DOC de 25/10/2013, página 01) - dispõe sobre a formação do Grupo de Defesa Civil Escolar nas escolas municipais e Centros de Educação Infantil da cidade de São Paulo.

PORTARIAS

nº 6.340 - republicação (DOC de 07/11/2013, páginas 27 a 29) - institui as Matrizes Curriculares para as Emefs, Emefms e Emebss.

nº 6.258 (DOC de 07/11/2013, página 14) - dispõe sobre a pontuação dos profissionais de educação docentes, lotados e/ou em exercício nos Cemeis, Emeis, Emefs, Emefms e Emebss da SME.

nº 6.192 (DOC de 30/10/2013, página 11) - convocar todos os professores orientadores de sala de leitura da rede municipal de ensino e um bibliotecário do CEU para participar do seminário Projetos de Leitura e Práticas Pedagógicas.

nº 5.941 (DOC de 16/10/2013, páginas 16 a 18) - estabelece normas complementares ao Decreto nº 54.454, de 10/10/13, que dispõe sobre diretrizes para elaboração do Regimento Educacional das Unidades da rede municipal de ensino e dá outras providências.

nº 5.930 (DOC de 15/10/2013, páginas 13 e 14) - regulamenta o Decreto nº 54.452, de 10/10/2013, que institui, na Secretaria Municipal de Educação, o Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino de São Paulo - "Mais Educação São Paulo".

nº 5.780 (DOC de 05/10/2013, página 14) - dispõe sobre a dispensa de ponto aos professores de Inglês do ciclo I inscritos para participarem do curso "O ensino de Língua Inglesa no ensino fundamental - ciclo I".

EXCURSÕES

NACIONAIS SISTEMA TUDO INCLUSO

NATAL LUZ - SERRAS GAÚCHAS - 21/12 A 28/12/13
VALOR: EM ATÉ 15 X R\$ 223,00

RÉVEILLON NO RIO DE JANEIRO - 28/12/13 A 01/01/14
VALOR: EM ATÉ 15 X R\$ 330,00

SERRAS GAÚCHAS - 03/01 A 10/01/14
VALOR: EM ATÉ 15 X DE R\$ 223,00

JOÃO PESSOA - 03/01 A 10/01/14
VALOR: EM ATÉ 15 X DE R\$ 254,00

CALDAS NOVAS - 04/01 A 10/01/14
VALOR: EM ATÉ 15 X DE R\$ 130,00

FOZ DO IGUAÇU - 16/01 A 20/01/14
VALOR: EM ATÉ 15 X DE R\$ 158,00

THERMAS DOS LARANJAIS (OLÍMPIA) - 08/01 A 13/01/14
VALOR: EM ATÉ 15 X R\$ 123,00

SALVADOR COM MORRO DE SÃO PAULO - 11/01 A 18/01/14
VALOR: EM ATÉ 15 X DE R\$ 254,00

CIDADES HISTÓRICAS MINEIRAS - 14/01 A 18/01/14
VALOR: EM ATÉ 15 X DE R\$ 112,00

DELTA DO PARNAÍBA - 11/01 A 18/01/14
VALOR: EM ATÉ 15 X DE R\$ 254,00

FORTALEZA COM JERICOACOARA - 11/01 A 18/01/14
VALOR: EM ATÉ 15 X DE R\$ 254,00

FLORIANÓPOLIS - 11/01 A 18/01/14
VALOR: EM ATÉ 15 X DE R\$ 116,00

LENÇÓIS MARANHENSES - 11/01 A 18/01/14
VALOR: EM ATÉ 15 X DE R\$ 254,00

NATAL - 19/01 A 26/01/14
VALOR: EM ATÉ 15 X DE R\$ 254,00

BÚZIOS - 23/01 A 29/01/14
VALOR: EM ATÉ 15 X DE R\$ 173,00

INTERNACIONAIS

RÉVEILLON NA DISNEY - 28/12/13 A 10/01/14
VALOR: EM ATÉ 15 X US\$ 307,00

SISTEMA TUDO INCLUSO

PATAGÔNIA - 13/01 A 26/01/14
VALOR: EM ATÉ 15 X US\$ 400,00

TERRA SANTA - 15/01 A 29/01/14
VALOR: EM ATÉ 15 X US\$ 400,00

MÉXICO - 17/01 A 01/02/14
VALOR: EM ATÉ 15 X US\$ 400,00

ÁFRICA DO SUL E ZIMBABWE - 27/02 A 12/03/14
VALOR: EM ATÉ 15 X US\$ 400,00

COLÔMBIA E PANAMÁ - 28/02 A 09/03/14
VALOR: EM ATÉ 15 X US\$ 330,00

MARROCOS - 14/03 A 26/03/14
VALOR: EM ATÉ 15 X US\$ 360,00

JAPÃO - 13/04 A 28/04/14
VALOR: EM ATÉ 15 X US\$ 800,00

BUENOS AIRES - 17/04 A 20/04/14
VALOR: EM ATÉ 15 X US\$ 128,00

URUGUAI - 17/04 A 20/04/14
VALOR: EM ATÉ 15 X US\$ 128,00

OS VALORES ESTÃO SUJEITOS A ALTERAÇÃO SEM AVISO PRÉVIO. MAIS INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES NA HORIZONTES TURISMO

RUA MARQUÊS DE ITU, 88, LOJA 03
METRÔ REPÚBLICA - FONE 3221-3346

Consulte as opções completas e passeios
inclusos: www.viagenshorizontes.com.br

Informações sobre
atualização cadastral, filiação,
desfiliação, cursos, certificados,
declarações, convênios e outros.

3329-4516

secretarias@sinpeem.com.br

COLÔNIAS: SINPEEM ORGANIZA A PROGRAMAÇÃO PARA 2014

Durante todo o ano, o SINPEEM realiza atividades nas colônias de Peruíbe, litoral Sul de São Paulo, e de Ibiúna, a 90 quilômetros da Capital.

Em Peruíbe, o hotel funciona durante o ano inteiro, de quarta a domingo, para atender aos associados. O local, de frente para o mar e próximo ao centro comercial da cidade, oferece ótima infraestrutura, com estacionamento, piscinas, salão de jogos, *fitness*, saunas, hidro-spa e churrasqueira.

Em Ibiúna, prevalecem o conforto e a tranquilidade, com piscinas, quadra poliesportiva, campo de futebol, salão de jogos, além de oferecer passeios de barco e caiaques.

AGENDA DE 2014

O SINPEEM está finalizando a agenda de 2014, com a programação completa das colônias de Ibiúna e Peruíbe, com os feriados, festas e day use, procedimentos para reservas e regulamentos dos hotéis (instruções para o associado e critérios para inscrição).

Como ocorre todos os anos, assim que a agenda do SINPEEM for concluída e impressa será enviada pelos Correios a todos os associados.

SINPEEM PERUÍBE HOTEL



Mais informações sobre as colônias
pelo fone 3329-4521 ou e-mail

colonia.lazer@sinpeem.com.br



Para uso dos Correios

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o número indicado | |

Informação escrita pelo porteiro ou síndico

Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/____

Em ____/____/____ responsável

PODE SER ABERTO PELOS CORREIOS



Avenida Santos Dumont, 596 - CEP 01101-080
Ponte Pequena - São Paulo - SP
Fone 3329-4500
sinpeem@sinpeem.com.br

IMPRESSO ESPECIAL

9912252003/DR/SPM
SINPEEM
CORREIOS

